

RELATÓRIO E CONTAS
DA
COMPANHIA ELÉCTRICA
DO
ALENTEJO E ALGARVE
CEAL

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Gerência de 1971

SEDE
RUA DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, N.º 23-A, 5.º 6.º e 7.º andares
LISBOA

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL
S. A. R. L.

Capital: 70.000.000\$00

L I S B O A

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Srs. Accionistas a reunirem-se em assembleia geral ordinária, na sede social, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A, 6.º andar, Lisboa, no dia 20 de Março, pelas 11 horas, a fim de:

- Deliberar sobre o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração e o relatório e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1971;
- Proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1972.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

a) *José Francisco Corrêa Matoso*

RELATÓRIO

DO

Conselho de Administração

Senhores Accionistas:

De harmonia com o que determina a lei e o pacto social, temos a honra de apresentar à apreciação da Assembleia Geral o relatório, o balanço e as contas referentes ao ano de 1971.

Grande Distribuição

Neste sector, no ano de 1971, projectaram-se 102 quilómetros de linhas a 30 e a 15 kV e construíram-se, com parte ainda em acabamento, 47 quilómetros de linhas a 15 kV, 30 kV e 60 kV.

Na subestação de Aljustrel, elevou-se a potência de transformação de 30/15 kV, instalou-se um auto-transformador de regulação de 30 kV e 6 MVA, concluiu-se uma nova saída a 15 kV e procedeu-se à ligação à terra do neutro da rede de 15 kV.

Na subestação de Moura, concluiu-se a montagem de um auto-transformador de 30 kV e 6 MVA para reforço da alimentação da margem esquerda do Guadiana.

Na subestação de Cuba, deu-se início aos trabalhos necessários para aumentar a sua potência de transformação e para ligação à terra do neutro da rede de 15 kV.

Na subestação de Loulé, completou-se mais uma saída a 30 kV, enquanto se fizeram trabalhos para a montagem de outra saída semelhante e já se entrou na preparação das obras e instalações que hão-de elevar a potência de transformação de 2×10 MVA a 2×20 MVA. Os novos transformadores já estão encomendados.

Na subestação de Portelas (Lagos), encetaram-se os trabalhos para elevação da potência de transformação e procedeu-se à ligação à terra do neutro da rede de 15 kV.

Na subestação de Lagoa, adiantaram-se consideravelmente os trabalhos para o aumento de potência de transformação, ao mesmo tempo que se deverá modificar a tensão.

Concluiu-se a instalação do novo posto de corte de Sagres, obra que implicou a construção de um edifício de certo volume.

O número de postos de entrega de energia em AT aumentou de 24.

E um sem número de tarefas de conservação, de adaptação a novas necessidades e de aperfeiçoamento se desenvolveram durante o ano em vários pontos da rede, incluindo os trabalhos e instalações relativos à melhoria do sistema de comunicações.

Pequena Distribuição

Além de múltiplos trabalhos de conservação e de aumentos parcelares de redes, que são uma constante destas explorações, que se contam por uma centena, concluíram-se as electrificações de Santo Aleixo da Restauração, no concelho de Moura, de Santana, no concelho de Portel, de Albergaria dos Fusos, no concelho de Cuba, de Odeleite no concelho de Castro Marim e de Bela Vista no concelho de Lagoa, tendo todas estas electrificações beneficiado de comparticipação do Estado e também, algumas, das respectivas Câmaras Municipais.

Concluíram-se as montagens de três postos de transformação na cidade de Beja, a remodelação completa do posto de transformação da Mexilhoeira no concelho de Lagoa e fizeram-se electrificações de várias urbanizações particulares. Estão realizados projectos para a electrificação de muitas povoações e freguesias e para entrar de executá-las aguarda-se a concessão de comparticipações.

Entre as que se encontram nestas condições, com projecto concluído e entregue, mas aguardando comparticipação, figuram as electrificações de Oriola, Amieira, Alqueva e S. Bartolomeu do Outeiro, no concelho de Portel, Santa Margarida do Sado, no concelho de Ferreira do Alentejo, Crastos e Senhora da Rocha no concelho de Lagoa, Balurcos, Pereiro, Giões, Martim Longo e Vaqueiros no concelho de Alcoutim.

Neste quadro da pequena distribuição, que é sempre negócio municipal, foi publicado agora um diploma — o Decreto-Lei n.º 22/72 de 15 de Janeiro — que veio estabelecer regras de avaliação das instalações de pequena distribuição, no caso de termo de concessão, resgate ou rescisão, que nos deixa muito preocupados e que, salvo o devido respeito, não nos parece ter completamente em conta os justos interesses e direitos dos concessionários.

De um lado, toma-se o valor de aquisição, em muitas ocasiões difícil de determinar e daí o ter de recorrer-se a meios indirectos e imprecisos.

Este valor de aquisição é corrigido pelos factores de desvalorização da moeda, tal qual são publicados pelo Ministério das Finanças, em obediência a preceito do Código da Contribuição Industrial e que,

quantas vezes, não chegam para efectivar uma verdadeira e real actualização.

De outro lado, manda-se deduzir o valor das reintegrações estabelecidas, segundo determinadas regras instituídas agora pelo Decreto-Lei, com alterações do sistema vigente, sem curar de saber se elas foram feitas ou não e até se teria sido possível fazê-las.

E a diferença achada é que é o valor a entregar ao concessionário.

Ora com esta articulação aritmética pode chegar-se a privar o concessionário de valores importantes que integram o seu património com toda a legitimidade. E o risco é tanto maior quanto mais foi cuidadoso e não se poupou a trabalhos de manutenção, que conservam as instalações em muito bom uso.

Confia-se que as normas do apontado Decreto-Lei sofram uma adequada alteração e adaptação ao serem solicitadas providências ao Governo pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade conforme voto unânime verificado nas suas Divisões de Distribuição.

Exploração

Sempre em obediência aos critérios mais apurados que devem presidir à condução de um serviço público, ao menos procurando ser rigorosamente fiel a esses critérios, pudemos orientar a exploração no curso do ano de 1971, na qual pusemos toda a diligência face às circunstâncias que se nos foram deparando.

Não é tarefa fácil se tivermos em conta a grande extensão da rede e a dispersão do serviço a que somos obrigados na nossa zona.

O volume de energia admitido nas nossas redes foi de 137 063 352 kWh. A energia distribuída ao abrigo da concessão do Estado totalizou 130 712 584 kWh.

Parte desta energia transitou para as nossas concessões municipais e, tendo em conta as perdas verificadas nas respectivas distribuições, achamos o volume de 128 748 408 kWh como o do total da energia efectivamente entregue aos clientes.

Verifica-se um aumento no volume da energia que passou pelas nossas redes, mas ainda estamos muito longe de atingir a densidade média — quilowatts-hora por quilómetro de linha — que se verifica no País. Todavia, o facto de se ter vindo sempre a progredir vai-nos encorajando.

Contas

O balanço mostra-nos que o valor do activo fixo aumentou de Esc. 12 635 722\$00, que os fundos de reserva foram acrescentados de Esc. 6 721 795\$59, que se realizaram em termos as reintegrações devidas, que se seguiram, como de costume, regras de cautelosa previsão e que o passivo, a médio e longo prazo, diminuiu de Esc. 5 314 713\$70, continuando a verificar-se uma boa relatividade entre os diversos postos do activo e do passivo e de tudo se pode continuar a concluir que a situação económica e financeira da empresa é sã e com tendência para uma progressiva consolidação.

Os lucros líquidos apurados somam Esc. 6 782 859\$35 e vão permitir que, pela primeira vez, na vida da Companhia, se encare, em termos prudentes, a distribuição de um dividendo que, esperamos, de futuro, se possa aproximar da remuneração corrente dos capitais.

Propomos que o lucro assim apurado tenha a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	340 000\$00
Dividendo	3 500 000\$00
Gratificação de exercício ao pessoal	850 000\$00
Fundo de Reserva Livre	1 917 859\$35
Conta Nova	175 000\$00

Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade

Conforme as eleições realizadas em Janeiro último, continua a CEAL a presidir, por intermédio de Francisco Alberto Corrêa Figueira, à Direcção do Grémio, o qual prossegue a sua actividade na defesa e condução de interesses comuns a todos os associados e na realização de estudos e trabalhos sobre matérias de especialidade, alguns em ligação estreita com entidades públicas.

O Grémio apresentou o ano passado na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, em cumprimento de tarefa que lhe havia sido cometida, por despacho de Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Indústria, um estudo sobre a sistematização do regime tarifário aplicável à venda de energia em AT, como já havia entregue outros trabalhos de que igualmente havia sido incumbido pelo referido despacho.

Está o Grémio a seguir a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho para a Indústria de Electricidade que foi pedida por Sindicatos interessados, os quais apresentaram uma proposta com alterações que não são comportáveis pela economia das empresas.

Considerações Diversas e Finais

— Tivemos o desgosto de ver desaparecer do número dos vivos o Eng.º António Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho, que desempenhou as funções de Delegado do Governo junto desta Companhia com todo o zelo, apuro e dedicação. Dotado de um forte poder de simpatia, sabia exercer com todo o cuidado e diligência activa a sua missão. Rendemos-lhe o preito da muita consideração de que era credor.

— Poucos dias antes de apresentarmos este relatório, fomos dolorosamente surpreendidos pelo falecimento do Dr. João Ruella Ramos, que era Secretário da Mesa da Assembleia Geral e que foi das pessoas que tiveram papel importante na fundação desta empresa.

A sua figura moral, de tanta distinção no nosso meio, queremos prestar aqui o tributo de todo o apreço, guardando a sua memória com viva saudade.

— Tivemos, como é próprio, os mais diversos contactos com instâncias oficiais a quem houve de expor e com quem foi necessário cuidar de problemas que surgiram ao longo do ano e, como delas merecemos a melhor atenção e tratamento, aqui lhes consagramos a expressão da nossa gratidão.

— Com a Aliança Eléctrica do Sul, SARL mantivemos relações estreitas e com ela colaborámos no melhor entendimento.

— Ao Conselho Fiscal queremos render o tributo do nosso reconhecimento, pois durante o exercício prestou-nos próxima e muito útil cooperação, exercendo a sua missão com prontidão e eficiência, o que veio facilitar o nosso próprio trabalho.

— Resta-nos dirigir ao pessoal que colabora na empresa, qualquer que seja a sua qualificação, o testemunho de apreço e gratidão de que se mostra merecedor.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1972.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

- aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Luiz Calheiros Braga

Companhia Eléctrica do
Balanço em 31 de

Alentejo e Algarve — Ceal
Dezembro de 1971

ACTIVO			
Disponível			
Caixa	1.068.566\$67	11.141.205\$81	
Bancos	10.072.639\$14		
Realizável			
Clientes	20.387.470\$90	42.898.327\$71	
Devedores e Credores Diversos (saldos devedores)	3.774.787\$01		
Participações Financeiras	18.736.069\$80		
Permutável			
Contas Transitórias (Saldos devedores)	1.874.194\$78	29.893.928\$04	
Material em Armazém	13.256.041\$35		
Material a Receber	1.320.363\$43		
Serviços Diversos (obras em curso)	13.434.783\$32		
Serviços de Oficinas (obras em curso)	8.545\$16		
Fixo			
Aparelhos, Ferramentas e Utensílios Industriais	1.519.626\$67	238.280.144\$50	322.213.606\$06
Edifícios e Terrenos	169.624\$98		
Grande Distribuição	154.170.019\$52		
Laboratório	326.435\$00		
Material em Instalações Alheias	8.611.951\$54		
Móveis, Utensílios e Livros	3.188.075\$46		
Pequena Distribuição	65.516.645\$64		
Tele-Serviços	2.624.162\$06		
Veículos	2.153.603\$63		
De Ordem			
Cauções da Administração	200.000\$00	6.395.704\$10	
Devedores por Cauções Próprias	144.500\$00		
Devedores por Garantias Bancárias	200.000\$00		
Garantias Bancárias Recebidas	4.615.584\$20		
Valores em Depósito	1.235.619\$90		
		328.609.310\$16	

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

PASSIVO			
Exigível			
Imediatamente e a Curto Prazo			
Contas Transitórias (saldos credores)	959.539\$48		
Credores por Resgate de Obrigações	739.000\$00		
Devedores e Credores Diversos (saldos credores)	2.537.792\$81		
Encargos Fiscais Vencidos	1.126.926\$79	18.505.391\$62	
Fornecedores de Energia	8.535.922\$90		
Fornecedores Diversos	3.828.296\$40		
Juros de Obrigações e Empréstimos Vencidos	777.913\$24		
A Médio e a Longo Prazo			
Banco de Fomento — c/ Empréstimos	17.002.047\$20	68.110.834\$90	86.616.226\$52
Caixa Geral de Depósitos — c/ Empréstimos	29.000.787\$70		
Obrigações	22.108.000\$00		
Não Exigível			
Provisões Diversas		2.200.000\$00	5.339.627\$68
Provisão para Impostos a Liquidar		3.139.627\$68	
De Compensação			
Reintegrações Gerais			
Aparelhos, Ferramentas e Utensílios Industriais			
Industriais	1.347.958\$95	107.439.513\$01	
Edifícios e Terrenos	8.229\$42		
Grande Distribuição	73.684.058\$72		
Laboratório	256.225\$90		
Material em Instalações Alheias	4.608.072\$69		
Móveis, Utensílios e Livros	1.971.383\$35		
Pequena Distribuição	22.710.543\$97		
Tele-Serviços	1.515.173\$41		
Veículos	1.337.866\$60		
Comparticipações			
Quotas de Reversão		21.662.657\$87	135.597.932\$28
		6.495.761\$40	
De Ordem			
Credores por Cauções da Administração		200.000\$00	6.395.704\$10
Cauções Próprias		144.500\$00	
Garantias Bancárias Prestadas		200.000\$00	
Credores por Garantias Bancárias		4.615.584\$20	
Credores por Valores em Depósito		1.235.619\$90	
Total do Passivo			233.949.490\$58
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	70.000.000\$00	87.876.960\$23	
Reserva Legal	1.282.942\$10		
Reserva Livre	16.594.018\$13		
Resultados Gerais			
Resultados do Exercício		6.782.859\$35	94.659.819\$58
		328.609.310\$16	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

a) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Luiz Calheiros Bragu

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve

CEAL

GERÊNCIA REFERENTE AO ANO DE 1971

RESULTADOS GERAIS

D É B I T O			C R É D I T O		
Encargos e Regularizações Diversas			Exploração		6.775.704\$92
Encargos com o Pessoal	17.434\$63		Rendimentos e Regularizações Di- versas		
Outros	1.235.829\$01	1.253.263\$64	Vencimentos nos Corpos Geren- tes doutra Empresa	26.937\$50	
Transferência a Reserva Livre		744.913\$30	Outros	383.385\$90	410.323\$40
Para Balanço — Lucros		6.782.859\$35	Anulação de provisões		744.913\$30
			Mais Valias		850.094\$67
		<u>8.781.036\$29</u>			<u>8.781.036\$29</u>

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, S.A.R.L. - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, S.A.R.L.
Luiz Calheiros Braga

RELATÓRIO
E
PARECER
DO
Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos submeter à vossa esclarecida apreciação o nosso Relatório e o nosso Parecer sobre as Contas e Balanço, relativos ao exercício do ano de 1971.

Acompanhámos com o maior interesse os trabalhos da Exm.^a Administração, com ela havendo colaborado, sempre que, para tanto a nossa opinião foi julgada necessária e com a devida regularidade procedemos ao exame da escrita, conferindo valores e saldos de Caixa, tendo encontrado sempre na devida ordem toda a documentação, o que muito nos apraz salientar.

Os critérios valorimétricos adoptados mereceram a nossa aprovação.

Pela leitura do Relatório do Exm.^o Conselho de Administração, em que todos os factos notáveis da vida da Empresa, ocorridos durante o ano findo, foram clara e pormenorizadamente referidos, podem V. Ex.^{as} avaliar da evolução sempre crescente e da sua importância, no ramo da actividade que exerce, o que está bem patente nos números estatísticos apresentados.

A melhoria da situação financeira permitiu, como se esperava, que na divisão dos lucros apurados, fosse considerada a verba de Esc. 3 500 000\$00, para remuneração do capital, o que representa mais um índice do progresso da nossa Sociedade.

A Administração da Empresa, que, como sempre, demonstrou a maior competência e dedicação, na resolução dos problemas suscitados pela expansão da rede de distribuição e na defesa tenaz dos legítimos interesses da Empresa, tem jus aos mais rasgados elogios e ao nosso sincero reconhecimento.

No decurso do exercício fomos dolorosamente surpreendidos pelo inesperado falecimento do Exm.^o Delegado do Governo, Senhor Eng.^o António de Azevedo Coutinho. Pelas altas qualidades que sempre mani-

festou no desempenho do seu cargo, leal camaradagem e particular simpatia, aqui deixamos consignada a expressão da nossa sentida homenagem.

São passados poucos dias que tivemos a triste notícia do passamento do Exm.º Senhor Dr. João Ruella Ramos, que à nossa Empresa prestava a sua dedicada colaboração. Compartilhamos do profundo pesar manifestado pela Administração.

Resta-nos agradecer as amáveis referências que no Relatório se fazem ao Conselho Fiscal, e propor:

1.º — Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas apresentados, bem como a distribuição do saldo apurado, conforme é proposto no Relatório.

2.º — Que à Administração sejam endereçados os maiores louvores pela sua ponderada e inteligente actuação.

3.º — Que, ao pessoal técnico e administrativo e ao dos serviços de exploração e conservação, seja afirmado o nosso apreço pelo cuidadoso cumprimento das obrigações inerentes aos seus cargos.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1972.

aa) *António Themudo de Castro* - PRESIDENTE
Abílio de Oliveira Gericóta
João Manuel Pinto de Ruella Ramos

Composto e impresso na
SCARPA, LIMITADA
R. das Flores, 43 - Lisboa

